

A certificação de produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar no Brasil: história e proposta de harmonização das normas

Maria Fernanda Fonseca¹

Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro/Pesagro – Rio

Alameda São Boaventura, 770. Fonseca, Niterói – RJ. CEP: 24123-191

Tel: (0XX)21 – 26254646; Fax: (0XX) 21 – 26271444

Email: mfernanda@pesagro.rj.gov.br

Caracterização do problema

As primeiras iniciativas de produção e comercialização de alimentos orgânicos no país foram estabelecidas por cooperativas de consumidores (COONATURA no Rio de Janeiro, e COOLMÉIA no Rio Grande do Sul), preocupadas com a questão do meio ambiente e de um alimento saudável e mais barato, aproximando consumidores e agricultores. Pelo lado dos agricultores, os revezes da chamada “Revolução Verde” já se faziam sentir, traduzindo-se em intoxicações, por vezes seguida de mortes, a erosão dos solos, o aumento do número de pragas e doenças e a alta dependência de insumos externos que elevava os custos de produção. A modernização da agricultura associada a outras estratégias de desenvolvimento econômico que visavam a industrialização no país, acabou levando a exclusão de muitos agricultores do processo produtivo e a continuação da pobreza rural.

Os agricultores apoiados por Ongs que prestavam assistência técnica e social, elaboraram esse novo (re)conhecimento de práticas alternativas de produção e dessa nova maneira de encarar a comercialização; tentavam uma (re)aproximação com os consumidores, buscando a construção de uma cidadania por meio do fornecimento de um alimento mais saudável a preços mais equânimes para todos os elos da cadeia produtiva. Nessa época, as vendas colocavam agricultores e consumidores em contato direto, via feiras e cestas a domicílio, o que concedia confiança ao processo. Estava criada a rede de credibilidade de produção e comercialização dos alimentos ecologicamente corretos, envolvendo agricultores, consumidores e profissionais das

¹ Pesquisadora da Pesagro-Rio/EENF, Doutoranda do CPDA/UFRRJ, membro do CEPOrg-RJ, bolsista do CNPq, coordenadora de projeto no CNPq que trata da harmonização das normas e dos processos de certificação e de acreditação de certificadoras de produtos orgânicos no Brasil

ciências naturais e agrárias, que a avalizavam. O objetivo dessa rede consistia em promover a integração entre agricultores, comerciantes, assistência técnica e consumidores, todos responsáveis associativamente pela qualidade dos produtos.

A necessidade da regulamentação para os alimentos orgânicos acontece com o distanciamento entre agricultores e consumidores quando ocorre o crescimento do mercado “anônimo”. No início desse processo no Brasil, como na maioria dos países de renda elevada, a normalização era estabelecida pelas próprias associações de agricultores, Ongs e cooperativas de consumidores, baseando-se em normas estabelecidas por certificadoras internacionais como a IFOAM², num verdadeiro processo de construção social. Em 1994, iniciam-se as negociações em Brasília, após pressões sofridas pelas certificadoras brasileiras que apoiavam projetos de exportação, principalmente, após a edição da legislação europeia UE2092/91³ que trata das trocas comerciais de produtos orgânicos de origem vegetal entre os países membros. No âmbito das trocas comerciais internacionais, em 1991 o GATT⁴ iniciou discussão no nível do Codex Alimentarius, no Comitê de Rotulagem, no entanto, somente em 1999 aprovou diretrizes para produção e processamento de produtos orgânicos de origem vegetal que regulam as trocas comerciais internacionais em casos de disputas entre os países membros (Fonseca, 2000). Na tabela 01 pode-se ter uma idéia dos diversos standards, regulamentações técnicas e programas de acreditação⁵ para os produtos orgânicos.

A entrada de produtos orgânicos nos mercados da União Europeia é governada pelo artigo 11, parágrafo 1, da RC 2092/91 que estabelece uma lista de “terceiros países (third country list)”, indicando com quem a equivalência é estabelecida. Segundo Simmons (2002), somente um dos seis países na lista, a Argentina, é país de baixa renda (“país em desenvolvimento”). No parágrafo 6, produtos orgânicos que não estão

² IFOAM - International Federation Organic Movement, com sede na Alemanha, fundada em 1972, uma organização que congrega todos os setores envolvidos com o movimento orgânico no mundo. Possui standards para produção produtos orgânicos desde 1981.

³ UE1804/99 – trata da produção e da comercialização de produtos orgânicos de origem animal entre os estados membros

⁴GATT – General Agreements on Tariffs and Trade, acordo no âmbito internacional estabelecido em 1947 no sentido de organizar as trocas comerciais no mundo. Vigorou até dezembro de 1994, sendo substituído pela OMC (Organização Mundial do Comércio), em janeiro 1995.

⁵No Brasil, o termo acreditação (em inglês é accreditation) vem sendo chamado de credenciamento.

na lista podem ser comercializados na UE⁶, fornecidos a documentação de importação para confirmar se estiverem de acordo com as regras de equivalência àquelas da UE. Isto envolve muito mais trabalho burocrático, demoras e, em alguns casos, leva a perda dos clientes. De acordo com um estudo da ITC/FAO (ITC, 2001 em Simmons, 2002), na prática, a duração do processo para obter uma permissão de importação pode variar consideravelmente (coisas de semanas – Holanda, ou meses – França), o que pode traduzir-se em barreira técnica ao comércio, pois algumas vezes a permissão chega após o ponto de colheita da cultura, noutras, acontece rapidamente o término do prazo da permissão. Nos EUA, desde os anos 70 diferentes estados tinham diferentes regulamentações para agricultura orgânica. Em 1990 se iniciou um processo, longo e com momentos de tensão, que culminou, em dezembro de 2000, com a adoção de normas nacionais com prazo final para total implementação e outubro de 2002 para total implementação.

Tabela 01 - Standards, Regulamentações Técnicas e Programas Acreditação dos Produtos Orgânicos

Nível	
Nacional: Normas	Demeter (Suíça), Bioland (Alemanha), IBD, AAO, ABIO (Brasil), KRAV (Suécia); Soil Association (GB)
Nacional: Regulamentação técnica e Acreditação	Kopdex (Áustria); AB (França), UKROFS (GB), AQIS (Austrália), Japão (2000) EUA (2000); Brasil - IN-007/99 (Reg.Técnica); IN-006/02 MA (Acreditação)
Supranacional: Normas	OCIA (EUA, Canadá)
Supranacional: Regulamentação técnica e Acreditação	União Européia - 2092/91; 1804/99 – Reg. Téc EN-45011 (Acreditação)
Internacional: Normas e Acreditação	-IFOAM – normas animal/vegetal – 1981 -IOAS ⁷ /IFOAM– 1996 (Acreditação); -ISO-65 (1996) – Acreditação certificadoras prod. -Codex Alimentarius (normas vegetal– 1999; animal–2001)

Fonte: Fonseca (2000)

⁶ Mais de 70 países de baixa renda exportam para a UE sob esta ferramenta. Com a Comissão Reg. N. 1788/01 (setembro 2001), estas regras foram mais restritas. A partir de 1 de julho de 2002, um certificado original de inspeção deve ser submetido para cada consignação (Twarog & Vossenaar, 2002)

⁷ IOAS – International Organic Accreditation Services, Programa da IFOAM de Acreditação de Entidades Certificadoras de produtos orgânicos, criado em 1992 e estabelecido em 1998.

A agricultura familiar apresenta vantagens para abraçar o enfoque agroecológico adotando princípios ecológicos, econômicos, sociais, culturais e políticos na gestão dos sistemas produtivos agrícolas e agroflorestais. Neste sentido, pode-se citar a intensificação da mão de obra, a busca da diversidade mínima da produção e conseqüentemente maior facilidade para estabilizar a renda, além das especificidades de cada agroecossistema, que valorizam o saber popular em harmonia com as novas tecnologias.

No Brasil, apesar de não haver dados oficiais sobre a produção e a comercialização dos produtos orgânicos⁸ e das diferentes metodologias na compilação dos dados, sabe-se que taxas superiores a 100% nos últimos anos parecem ser reais, motivadas, principalmente, pela demanda para exportação de matéria prima (*in natura* e primeiro processamento), e pelo desenvolvimento do mercado interno estimulado pelos produtores, com a crescente participação dos grandes varejistas no escoamento do produto no mercado interno, e da mídia na divulgação dos sabores e dissabores dos produtos orgânicos disponíveis aos brasileiros.

Darolt (2001) estimou para safra 1999/2000 que o nº de unidades inspecionadas/certificadas como orgânicas seria de 7.500, ocupando uma área cultivada sob manejo orgânico no Brasil de, aproximadamente, 100 mil hectares, sendo cerca de 30 mil em processo de transição, o que gera um volume de produção de cerca de 300 mil toneladas/ano e movimenta aproximadamente R\$ 200 milhões/ano. Segundo o autor, estes valores de produção devem, no mínimo, dobrar nos próximos dois anos visto que metade das propriedades ainda passa pelo processo de conversão e não pode comercializar seus produtos como orgânico. A maior parte (80%) da produção orgânica brasileira encontrar-se-ia nos estados do Sul e Sudeste; em torno de 85% da produção orgânica brasileira seria exportada, sobretudo para a Europa, Estados Unidos e Japão, e, o restante 15% é distribuído no mercado interno (principalmente frutas, legumes e verduras).

⁸ ao comparar-se estimativas de comercialização, em 1997 de US\$ 10 milhões de dólares (Harkalay, 1998) e, em 1999 passando a ser de US\$ 150 milhões de dólares segundo o USDA (Willer & Yussef, 2000), se concluiu que as taxas de crescimento deste segmento de mercado podem ser estimadas em 1500 % em 3 anos

Ao apreciar-se o histórico da certificação de alimentos orgânicos (vide boxes nº 01 e 02) no Brasil, em suas três esferas (local, nacional e internacional), há que se ter em mente, que muitas vezes os interesses das organizações certificadoras não são os mesmos dos agricultores e processadores, principalmente quando se fala num mercado mundial de 100 bilhões de dólares anuais projetado para 2006 e, que cresce a taxas anuais variando de 5 a 40%. O custo dessa certificação varia de 0,5 a 2,5% do valor da produção orgânica, inviabilizando muitas iniciativas de agricultores familiares e pequenas agroindústrias nascentes (Segger, 1997 em Fonseca 2000). Fica a dúvida se os agricultores familiares poderão arcar com os altos custos⁹ de certificação, devido, em parte, a pequena escala de produção e as exigências burocráticas.

A última parte do século XX assistiu há crescimento e mudanças consideráveis acontecendo na indústria orgânica e também nas esferas governamentais em todo do mundo. A indústria tem tido dificuldades em manter-se atualizada com os desenvolvimentos contínuos dos regulamentos de processamento para orgânicos. Em alguns casos, minutas de regulamentações foram promulgadas em países com pouca produção orgânica, enquanto que em outros países com um setor orgânico mais desenvolvido os governos se abstiveram de começar o processo regulador. A situação é bem complexa, em alguns países a lei definiu normas detalhadas enquanto em outras estabeleceu somente linhas gerais, com o mecanismo das normas e do sistema de credenciamento das certificadoras ficando para a administração. Em outros países uma norma nacional foi desenvolvida e finalizada antes da passagem da lei.

O escopo das leis e regulamentações também varia: na Austrália há regulamentação completamente implementada, incluindo um sistema para credenciar certificadoras, mas aplicadas somente para exportação, estando em processo o estabelecimento de minuta de normas para o mercado interno; em poucos países o governo estabeleceu um sistema voluntário, onde ao se estar de acordo com as normas, fica-se autorizado a usar o selo do governo em seus produtos ou seguir os acordos comerciais estabelecidos pelos governos. Segundo Commins & Wai (2002), em um estudo para IFOAM, UNCTAD e FAO, 32 países tinham uma regulamentação

⁹Custo transporte e diária do inspetor, preenchimento questionário, manutenção de controle contábil e escrito das atividades ocorridas na unidade certificada, taxa certificação

completamente implementada, 9 países não ainda completamente implementada, 15 países em processo de minutas de regulamentações.

Outro impedimento diz respeito ao custo da acreditação¹⁰ das organizações certificadoras nacionais junto aos órgãos privados já existentes, no intuito de capacitá-las para realizarem serviços de igual qualidade aos prestados pelas certificadoras acreditadas internacionalmente que ora se instalam no país. Os critérios do Programa de Acreditação da IFOAM são operados pela IOAS, entidade sem fins lucrativos com sede nos EUA, sob licença da IFOAM. Segundo Mallet (2002), até o final de 2001, 29 organismos de certificação estavam no programa de acreditação da IFOAM, dos quais 17 estavam acreditadas e 12 em processo de avaliação. As certificadoras acreditadas são ativas em 75 países, e é estimado que suas certificações contem para a maioria dos produtos comercializados internacionalmente.

Alguns governos criaram instituições nacionais para supervisionar a acreditação, outros permitem que qualquer programa acreditado internacionalmente ofereça este serviço. Aparte a acreditação dos governos nacionais e da IFOAM, há a possibilidade de acreditação das certificadoras orgânicas junto a programas operando para um standard ISO (ISO65) ou um standard supranacional, como o EN45011 adotado pela União Européia. Portanto, há necessidade do governo brasileiro junto com a sociedade melhor definirem mais prontamente e com mecanismos factíveis de implementação, quais os critérios que adotarão, se há viabilidade sócioeconômica e disponibilidade técnica para que todo o processo de qualificação do produto orgânico seja adotado pelos agricultores familiares, pelas pequenas agroindústrias e pelos governos.

¹⁰ Acreditação é o ato de verificar que um organismo de certificação está operando em um nível uniforme de qualidade e competência ao capacitar a organização em normas relevantes internacionais. O custo para Acreditação nacional/oficial difere muito, mas pode tipicamente alcançar 20-50 mil dólares para uma acreditação inicial, além das taxas anuais cobradas (Rundgren, 1998). O custo inicial de acreditação pelo sistema IOAS/IFOAM era de cerca de US\$ 6000 dólares para um programa pequeno e até US\$ 15.000 dólares para um grande. No sistema ISO, somente a certificação para o ISO9000 para uma pequena firma americana média pode custar cerca de 25 mil dólares (Wilson, 2001 p.6). O custo total de uma concordância e registro no ISO9000 para cada "processo de fabricação" que uma firma opera, foi estimado em 245 mil dólares (Deloitte & Touche, 1993 em Wilson, 1999 p.43). O Departamento do Comércio dos EUA estimou em 1993 que, 300 bilhões de dólares dos 465 bilhões dólares das exportações comercializadas foram submetidas às exigências técnicas externas. Um total de 180 bilhões dólares foi submetido às exigências não americanas. Dos 110 bilhões das exportações americanas para Europa em 1993, 66 bilhões dólares foi submetido a alguma forma de certificação européia exigida do produto. Aproximadamente, 30 bilhões dólares necessitaram de certificados governamentais, 25 bilhões

Vários questionamentos impõem-se nesse momento; entre eles, pode-se citar a questão do processo de certificação preconizado pelos organismos certificadores, tanto no que diz respeito à credibilidade e aos custos, quanto à concepção do que seja “qualidade” de um produto orgânico, inclusive quanto aos aspectos sociais e ambientais. As certificadoras internacionais estão se instalando no Brasil após a edição da IN-007/99 do Ministério da Agricultura, mas questionam, por exemplo, a impossibilidade de empresas serem organizações certificadoras em território nacional de acordo com a IN-007/99.

Em relação ao comércio internacional no âmbito da OMC, as tensões a cerca do Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitosanitárias (SPS), do Acordo sobre as Barreiras Técnicas ao Comércio (Código dos Standards ou TBT) e do acordo sobre Direitos de Propriedade Intelectual (TRIPS), que envolvem os aspectos de qualidade, rotulagem e denominações de origem dos produtos orgânicos, respectivamente, são pontos para discussão na Agenda de qualquer próxima rodada de negociação entre os países membros. O desconhecimento pelos brasileiros do que seja um produto orgânico, pode significar uma brecha para os países membros da OMC questionarem o uso desta denominação no Brasil, principalmente, se não possuímos legislação nacional e/ou não atendermos qualquer outra norma internacional (o Codex Alimentarius, os standards da IFOAM, por exemplo). Nesse caso, barreiras não tarifárias podem ser usadas, os países recorrendo à explicação da impossibilidade do cumprimento do princípio da equivalência para recusar os processos de certificação nacionais, onerando a exportação de produtos orgânicos brasileiros. Para pequenos produtores nos países de baixa renda, o custo de inspeção regular e de certificação é alto, devendo ser estimulado a possibilidade de Certificação de Grupos de Pequenos Produtores (CGPP)¹¹. Mais de 25 organismos de certificação em todo o mundo têm sistemas de lidar com CGPP (Simmons, 2002) e no Brasil existem experiências no nordeste com matérias primas (coco babaçu e guaraná, por exemplo); entretanto, diferentes approaches tornaram difíceis de uma certificadora aceitar a certificação de outro, o que leva a inspeções e certificações custosas e múltiplas. Em fevereiro 2001, as

de dólares requisitaram certificação dos próprios fabricantes, e 10 bilhões dólares em exportações eram submetidas a uma certificação privada terceira parte (Wilson, 2001 p.8).

¹¹ smallholder group certification (SGC)

certificadoras acreditadas pela IFOAM concordaram em trabalhar pela equivalência de processos de certificação entre ICS (Internal Certification System – Sistema de Certificação Interna) de GPP e certificação por um organismo terceira parte independente.

As evidências científicas também são objeto de estudo no sentido de viabilizar/provar a necessidade do uso de algumas medidas que visam a proteção do ambiente, da vida humana, vegetal e animal, contra riscos de contaminação por resíduos, bem como para questionar/apoiar a aplicação, a realidade brasileira, de algumas normas de produção e processamento de produtos orgânicos preconizadas nos países industrializados.

Nas justificativas para desenvolvimento de projeto sobre o tema das normas e das regulamentações técnicas no Brasil, com recursos do CNPq, no edital 004/2001 da Agricultura Familiar, considerou-se que: (i) existem processos de certificação nacionais que não estão de acordo com as normas internacionais e com a IN-007/99; (ii) os altos custos e a complexidade (exigência rigorosa da documentação e das informações da unidade produtora) dos processos de certificação tradicional, dificultam a adoção pelos agricultores familiares e pequenas agroindústrias; (iii) o desconhecimento das normas e dos processos de certificação para produtos orgânicos por parte de diversos segmentos, público e privado, da cadeia produtiva; (iv) existem diferentes concepções do processo de certificação dos orgânicos e semelhantes (agroambiental, comércio justo, solidário); (v) não existe clareza dos mecanismos usados pelas ongs quanto a escolha da representatividade para as esferas decisórias sobre normas, processos de certificação e de acreditação de certificadoras de produtos orgânicos, gerando reclamações de seus pares; (vi) não há documentos em linguagem acessível aos agricultores familiares, trabalhadores rurais e consumidores sobre normas e os processos de certificação; (vii) não há integração em nível federal e estadual das entidades envolvidas com o tema, ainda sem definição clara do desenho institucional para acreditação das certificadoras junto ao mercado externo; (viii) existem vantagens comparativas para o Brasil produzir e comercializar produtos orgânicos, no mercado nacional e internacional devido forte demanda, principalmente, por frutas tropicais, grãos não transgênicos e carne com rastreabilidade; (ix) existe um processo em curso no

Min.Desenvolvimento Agrário para instituição de normas para produtos oriundos da agricultura familiar¹² que pode significar custos adicionais para qualificar o produto orgânico de origem familiar junto aos consumidores, mas pode também significar recursos para o processo dos produtos orgânicos, caso se estabeleçam parcerias entre as diferentes esferas federais; (x) demora na promulgação de uma legislação e na adoção dos mecanismos de controle dos processos de certificação no país, leva a poluição do uso do termo orgânico nos rótulos dos produtos, podendo levar a fraudes ao descrédito dos produtos orgânicos junto aos consumidores, bem como barreiras técnicas ao comércio internacional de produtos orgânicos brasileiros; (xi) o pouco envolvimento dinâmico do governo federal e da maioria dos governos estaduais para atender aspectos de legislação e fiscalização de produtos orgânicos brasileiros para o mercado interno e externo, bem como da capacitação profissional pode levar ao desnivelamento do conhecimento entre os setores e intrasetores, levando com que agricultores familiares possam estar alheios ao processo de produção de produtos orgânicos, da mesma forma que os consumidores não tenham informações suficientes sobre os produtos orgânicos para decidirem sobre suas compras.

Face estas justificativas, toma-se como hipótese que há necessidade de pesquisa e desenvolvimento de ações que viabilizem a adoção das normas e da legislação de produtos orgânicos no Brasil, bem como a democratização do conhecimento sobre as normas e processos de certificação de produtos orgânicos e de acreditação das certificadoras, pelos agricultores familiares, pequenas agroindústrias e certificadoras nacionais, respectivamente, no sentido de possibilitar a comercialização dos produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar nos mercados interno e externo, a um menor custo, com transparência e credibilidade no processo, com disseminação do que seja um produto orgânico oriundo da agricultura familiar entre os consumidores. Planos de ação envolvendo políticas públicas e privadas no desenvolvimento da produção e do consumo de produtos orgânicos foram desenvolvidos com sucesso na Suécia, Dinamarca, Holanda e Áustria (Fonseca, 2000).

¹² Diferentemente do processo dos produtos orgânicos que tinham nos produtores e nos consumidores os motores efetivos do processo de construção das normas e dos mecanismos de fiscalização, este processo foi estimulado de cima para baixo, uma iniciativa do governo federal, apesar de que alguns governos estaduais estavam sensibilizados (RS, SC) e algumas associações de produtores.

Objetivos e metodologias de um projeto de pesquisa sobre normas de produtos orgânicos

O projeto do CNPq uma parceria pública e privada, tem como objetivos gerais: Fortalecer os processos de certificação dos produtos orgânicos, tanto na divulgação e discussão das informações sobre normas e legislação, quanto no desenho institucional para certificação e acreditação (credenciamento), como na análise da viabilidade técnica e econômica do processo de certificação dos produtos orgânicos para agricultores familiares e pequenas agroindústrias artesanais comercializarem no mercado interno e externo; Criar um grupo nacional de apoio às questões das normas e regulamentação técnica, dos processos de certificação de unidades produtoras orgânicas e acreditação de certificadoras de produtos orgânicos, bem como das informações sobre as unidades produtoras certificadas e os laboratórios de análise de resíduos, para dar suporte a políticas públicas e privadas, verdadeiros planos de ação, que visem o desenvolvimento da produção, da comercialização e do consumo de produtos orgânicos no território nacional.

Como objetivos específicos que serão perseguidos pelos subprojetos: (i) Pesquisar normas/regulamentação técnica nacional (norma dos produtos orgânicos e similares com a dos produtos de origem da agricultura familiar), supraregionais e internacionais, para fornecer informações necessárias aos agentes nas trocas comerciais e ao grupo nacional de apoio a coordenação dos processos de certificação de produtos orgânicos e acreditação das certificadoras de produtos orgânicos; (ii) Pesquisar e avaliar os custos dos diversos processos de certificação de unidades produtoras orgânicas e impedimentos para sua adoção pelos agricultores familiares e pequenas agroindústrias; (iii) Pesquisar e avaliar os custos e impedimentos para que as certificadoras nacionais atendam a legislação nacional e se tornem organizações certificadoras acreditadas junto ao Min. Agricultura; (iv) Pesquisar perfil, hábitos e tendências dos consumidores atuais e potenciais dos produtos orgânicos para ajudar os agricultores familiares e pequenas agroindústrias nas suas tomadas de decisões, e para que possam direcionar suas estratégias; (v) Identificar e analisar os processos de análises laboratoriais de resíduos no Brasil, para verificar a viabilidade técnica (confiabilidade, frequência de coleta, etc) e econômica destes procedimentos nos

sistemas de produção orgânicos diversificados, bem como para atestar a segurança na qualidade do processo e do produto orgânico; (vi) Propor linhas de pesquisa para adequação e fundamentação de alguns processos na agricultura orgânica adaptados à realidade tropical (clima, infraestrutura, recursos humanos e de capital, tecnologias disponíveis), disponibilizando os resultados em bases científicas e tecnológicas para dar suporte aos processos de harmonização/negociação das normas no âmbito internacional; (vii) Elaborar relatórios de cada uma das pesquisas efetuadas; (viii) Elaborar e disponibilizar um cadastro das unidades produtoras orgânicas, do volume e valor da produção e do mercado de produtos orgânicos no Brasil, e bem como das políticas públicas e privadas envolvidas com o desenvolvimento do setor, no intuito de dar um caráter oficial às informações do setor bem como viabilizar a alimentação sustentável desse cadastro; (ix) Promover a discussão e harmonizar o conhecimento, dos membros dos CEPOrgs em todas as regiões do país, do CNPOrg e de alguns setores da rede de produção, comercialização e consumo de produtos orgânicos, sobre as normas e os processos de certificação e acreditação de certificadoras, no sentido de dar dinamismo, transparência, economia e confiabilidade ao processo; (x) Elaborar relatório das conclusões do workshop.

A metodologia a ser seguida contemplará: (a) revisão bibliográfica sobre normas, certificação, acreditação, padrões e rotulagem dos produtos orgânicos no âmbito internacional e comparação com a norma nacional e os processos nacionais; (b) indicação de conflitos com outras normas para revisão sobre alguns pontos da IN007/99; c) entrevistas semi-estruturadas com atores chaves na certificação (certificadoras), estudos de caso por meio de exame nos relatórios de inspeção das unidades produtoras, para identificar o perfil das unidades produtoras certificadas envolvendo todos os ramos das atividades (animal, vegetal, extrativismo, processamento de alimento e matéria prima), os custos e os impedimentos para os agricultores familiares e pequenas agroindústrias adotarem a certificação; (d) Entrevistas semi-estruturadas com atores chaves nos laboratórios de análises de resíduos de agroquímicos, identificando os pontos de estrangulamento e as garantias e viabilidade econômica dessas análises nos produtos orgânicos; (e) Pesquisa quantitativa com os consumidores atuais e potenciais de produtos orgânicos nos super

e hipermercados na cidade do Rio de Janeiro ou São Paulo, de acordo com metodologia consagrada; (f) Elaboração de documentos sínteses das pesquisas efetuadas; (g) Aplicação de questionário nas certificadoras e nas comercializadoras para elaborar cadastro (área, volume e valor da produção, espécies exploradas, volume e valor mercado); (h) envio questionário para os CEPOrgs para saber a cerca das políticas públicas e privadas para desenvolvimento do setor orgânico; (i) workshop sobre normas, processos de certificação e de acreditação de certificadoras – representantes das certificadoras, do CNPOrg, dos CEPOrgs, com outros representantes do poder público federal, para discutir, avaliar impedimentos e harmonizar normas, processos de certificação e de acreditação de certificadoras de produtos orgânicos (MA, MIC-ABNT, INMETRO, MDA, MRE); (j) propor soluções para dinamizar o processo.

Estratégias de Ação

Para alcançar os objetivos gerais e específicos listados anteriormente, a equipe do projeto pretende ter como estratégia principal de ação a participação dos diferentes segmentos da rede de produção, de comercialização e de consumo de produtos orgânicos no Brasil, nas discussões e decisões sobre o tema, no sentido de envolver todos os atores da rede em todas as esferas decisórias do processo de regulamentação, certificação e acreditação de certificadoras de produtos orgânicos, para dar maior transparência e credibilidade ao processo. Além da publicação dos relatórios das pesquisas, a difusão de conhecimentos se dará por quase todos os elos da rede de produção, de comercialização e de consumo de produtos orgânicos, por meio do workshop. Planeja-se participar em dias de campo de outros projetos dos parceiros da rede em sistemas de agricultura orgânica, como os projetos da Rede Agroecologia Rio¹³.

O subprojeto I pretende, inicialmente, realizar visitas às certificadoras, entrevistando pessoas chaves no processo de certificação, analisando relatórios de visitas de inspeção, para identificação dos principais problemas que as unidades produtoras/processadoras têm para atingir as normas/regulamentações técnicas

¹³ Rede Agroecologia Rio, rede de pesquisa fundada em 1997, com recursos FINEP/FAPERJ, que envolve 7 instituições que tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar com base em sistemas agroecológicos e na oferta de produtos orgânicos.

vigentes, bem como as certificadoras para atender os critérios de certificação e acreditação junto aos órgãos competentes, públicos (IN-007/99; IN006/02) e/ou privados (IOAS/IFOAM ou ISO65). Um documento com a análise dos processos de certificação e de acreditação de certificadoras de produtos orgânicos no Brasil será elaborado, para apreciação pela equipe do subprojeto e, elaboração de um relatório com sugestões que subsidiarão as atividades do subprojeto II.

Outra ação é a visita a laboratórios que fazem análises de resíduos em produtos orgânicos, para verificar dentre os mais de 350 princípios ativos de agroquímicos, quais os procedimentos de coleta e análise das amostras, qual a testemunha, quais os resíduos detectados e por quais laboratórios, quais as falhas e as garantias do processo, quais os custos destas análises. Desta ação pretende-se produzir um relatório técnico apontando os pontos de estrangulamento desta atividade dentro do processo de certificação e qualificação de produtos orgânicos.

Em relação à pesquisa sobre as diferenças entre as normas/regulamentações técnicas e programas de acreditação de certificadoras no Brasil com a de outros países (EUA, Japão, Argentina, Suíça), blocos (União Européia) e internacionais (Codex Alimentarius, IOAS/IFOAM, ISO65), será feito um primeiro levantamento destas diferenças, elaborará um relatório que será distribuído entre os parceiros para avaliação e contribuições que comporão um relatório final que servirá de subsídio para o subprojeto II, como base para discussão nos três workshops. As participações das certificadoras e o apoio da Embrapa Tecnologia de Alimentos¹⁴, nas discussões, soluções encontradas e elaboração do relatório, são fundamentais.

Como último objeto de pesquisa do subprojeto I, os consumidores. A pesquisa será na cidade do Rio de Janeiro ou em São Paulo, com uma amostra representativa das cidades (1000 consumidores), procurando identificar o perfil dos consumidores atuais e potenciais de produtos orgânicos, seus hábitos de compra e as tendências. Os questionários deverão ser aplicados por alunos estudantes de graduação bem como a tabulação dos resultados. A divulgação destes dados será em eventos científicos, workshops no subprojeto II e em dias de campo em outros projetos dos parceiros e da

¹⁴ encarregada pelo INMETRO de coordenar as discussões do *Codex Alimentarius* para produtos orgânicos *in natura* e processados no Brasil

Rede Agroecologia Rio, que tratem da produção, comercialização e consumo de produtos orgânicos.

As análises contarão com o apoio do núcleo SÁBIOS (Sistemas Agroalimentares na BioSociedade) do CPDA/UFRruralRJ, por meio dos seus alunos de pós graduação com objetos de dissertação/tese que tratem das questões das normas e processos de certificação de produtos de qualidade, como os orgânicos, oriundos dos sistemas conduzidos pelos agricultores familiares, bem como das discussões na disciplina Regulando a Biosociedade no CPDA/UFRruralRJ. Estas iniciativas tem o objetivo de fomentar ações do grupo nacional de apoio as questões das normas, processos de certificação e acreditação de certificadoras de produtos orgânicos. Antes da elaboração dos relatórios a equipe do subprojeto opina sobre os resultados encontrados nas pesquisas. Após análise, os documentos estarão a disposição dos interessados na internet democraticamente.

O subprojeto II contará com o apoio dos parceiros do projeto, principalmente, das certificadoras, e do Ministério da Agricultura por meio do CNPOrg e dos CEPOrg.. Devem ser buscadas parcerias junto aos órgãos federais (MIC, MCT, MRE, MDA) e estaduais de fomento, para a realização destes eventos. Um produto que está contemplado será a elaboração e disponibilização de um cadastro com as unidades produtoras certificadas e em conversão para sistemas orgânicos, para disponibiliza-lo de forma democrática. As informações que se pretende conseguir junto às certificadoras em colaboração com as comercializadoras, são: área e volume produção, nº unidades produtoras certificadas ou em conversão, tipo de produto, valor produção. Em relação a políticas públicas praticadas no Brasil que promovam o desenvolvimento da agricultura orgânica e do mercado de produtos orgânicos, será enviado um questionário via internet para os CEPOrgs no intuito de encaminharem as secretarias estaduais e municipais de agricultura, institutos de pesquisa, das diferentes regiões, procurando identificar ações e resultados de políticas no Brasil. Cada CEPOrg nas diferentes regiões brasileiras encarregará uma instituição/organização para comandar esta coleta de dados.

Para viabilizar a elaboração e disponibilização de um cadastro, será necessário a construção de um banco de dados. Este banco de dados é o objetivo de apresentar um

retrato fiel e preciso da real posição da agricultura orgânica no Brasil, tanto para os pesquisadores quanto para agricultores que necessitam conhecer o mercado que vão colocar seus produtos. Como forma operacional, estabeleceu-se uma parceria com a empresa Programação Visual 2 a 2 Ltda (Portal Planeta Orgânico¹⁵). O Planeta Orgânico detém informações sobre agricultura orgânica no Brasil, inclusive já com um banco de dados em construção¹⁶, disponibilizado em seu portal com livre acesso, é sem dúvida a opção mais prática para atender esta primeira fase de formação de um banco de dados. Este primeiro levantamento da agricultura orgânica no Brasil servirá como base para o CNPOrg e futuramente montar-se uma forma de alimentar sustentavelmente e padronizadamente as informações vindas das certificadoras, para que sejam armazenados num banco de dados oficial e disponibilizados de forma democrática.

A outra etapa deste subprojeto diz respeito ao nivelamento dos conhecimentos por meio das discussões e conclusões tiradas no workshop e divulgadas por relatório. Deve-se procurar convidar todos os segmentos da cadeia produtiva e o poder legislativo para participar das discussões no intuito de sensibilizá-los para os problemas que afetam o crescimento da produção, comercialização interna e externa, bem como consumo interno de produtos orgânicos, e incentiva-los a estabelecer uma legislação definitiva e recursos para implementá-la.

Espera-se que o relatório final possa contribuir para um esboço de um Plano de Ação do Movimento Orgânico no Brasil, no intuito de buscar parcerias e recursos para viabilizar o crescimento sustentável desta atividade. Estas políticas públicas e privadas devem englobar desde pesquisa, assistência técnica para conversão, campanhas de esclarecimento a sociedade dos benefícios em se consumir um produto orgânico para todos os setores da cadeia, crédito para os agricultores em conversão e os já orgânicos por até 05 anos, entre outras ações.

O público alvo das pesquisas e dos fóruns de discussão do projeto envolve desde os agricultores e trabalhadores rurais, indústrias, comerciantes e consumidores,

¹⁵ www.planetaorganico.com.br

¹⁶ este banco de dados possui informações sobre: número de produtores certificados, pontos de vendas comerciais, empresas prestadoras de serviço, empresas comerciais, centros de pesquisas, potenciais empresas interessadas na agricultura orgânica.

empresários e operários, pesquisadores, técnicos, certificadoras, inspetores, auditores, órgãos públicos e privados, enfim, todos envolvidos com a produção, a comercialização e o consumo dos produtos orgânicos no Brasil, bem como com a segurança alimentar (quantidade e qualidade dos alimentos) da população.

Resultados e Impactos Esperados

Em linhas gerais, a proposta tem como produto à uniformização dos conceitos sobre normas e legislação de produtos orgânicos para um maior número de pessoas, e o conseqüente barateamento do processo por meio da educação dos atores e harmonização do conhecimento do que seja um produto orgânico, e da participação de todos na obtenção de um alimento saudável e de um produto “limpo”.

Os resultados esperados com o projeto são: a) Apoiar agricultores, pequenas agroindústrias e certificadoras nacionais, nesta fase de adaptação às normas nacionais e internacionais no que tange ao esclarecimento sobre as exigências reguladoras deste mercado, e identificação de agenda de temas para pesquisa para atender as normas bem como para justificar alteração nas normas; b) Formar um grupo nacional de apoio ao processo de elaboração das normas, processos de certificação e de acreditação de certificadoras de produtos orgânicos; c) Proporcionar uma maior articulação e intercâmbio entre os diferentes membros dos CEPOrgs e destes com CNPOrg, e com a sociedade; d) Possibilitar fornecimento de subsídios técnicos para os representantes brasileiros nas negociações da OMC¹⁷ quanto aos produtos orgânicos¹⁸ (Codex Alimentarius), no âmbito das atribuições do CNPOrg e dos CEPOrgs.

Quanto aos impactos esperados, espera-se: a) Crescimento do número de unidades certificadas como orgânicas no país e do número de consumidores de produtos orgânicos no território nacional; b) Maior segurança aos comerciantes, consumidores de produtos orgânicos e governos, via disponibilização de informações claras e transparência no processo de produção e certificação de produtos orgânicos; c) Crescimento do consumo de produtos orgânicos no Brasil, bem como do mercado de exportação; d) melhor representatividade do governo brasileiro nas negociações internacionais sobre o tema.

¹⁷ Organização Mundial do Comércio, criada em 1995 para coordenar as trocas comerciais no âmbito internacional

¹⁸ Codex Alimentarius, no âmbito do Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitosanitárias

Considerações finais

O processo de construção social das normas, programas de certificação e de acreditação de certificadoras de produtos orgânicos no Brasil vem ocorrendo desde a década de 70, por pressão, principalmente, dos produtores, processadores e exportadores de produtos orgânicos. No âmbito governamental, o esforço vem de funcionários que acreditam nos benefícios da produção e comercialização dos produtos orgânicos. Vimos que existem vários pontos de estrangulamento a serem ultrapassados na tentativa de conscientização dos diferentes atores da rede de produção e comercialização dos orgânicos, principalmente, os oriundos da agricultura familiar, bem como para a harmonização das normas aos mecanismos internacionais de comércio. Entretanto, o Brasil apresenta vantagens comparativas que podem transformar-se em vantagens competitivas, desde que haja participação efetiva de todos os segmentos nas negociações e implantação das normas, além de um plano de ação que tenha como estratégia um desenvolvimento como liberdade nos termos de Sen (2000), buscando a melhoria da qualidade de vida e equidade social, respeitando as diversidades culturais e territoriais de cada região. O desenvolvimento de um sistema internacional para harmonização, reconhecimento mútuo e equivalência de normas e de procedimentos de inspeção, certificação e acreditação na agricultura orgânica, dentro de um Plano de Ação que envolva outras atividades e modos de ser, desde que estabeleça interligações entre as diferentes liberdades, estimulariam muito, a produção, fortalecimento do mercado interno e as possibilidades de exportação dos produtos orgânicos. Enfim, um mundo melhor para toda a sociedade!

Referências Bibliográficas

- Commins, K. Wai, Ong Kung. Status of national Organic regulations. In: Rundgren, G. & Lockeretz, W. IFOAM Conference on organic guarantee systems. International harmonisation and equivalence in organic agriculture. 17-19 february 2002, Nuremberg, Germany. Reader.... Nuremberg: IFOAM, 2002. p. 8-11
- _____. Regulation of imports into major markets. In: Rundgren, G. & Lockeretz, W. IFOAM Conference on organic guarantee systems. International harmonization and equivalence in organic agriculture. 17-19 february 2002, Nuremberg, Germany. Reader.... Nuremberg: IFOAM, 2002. p. 41-44
- Darolt, Moacir Roberto. Agricultura orgânica no Brasil: situação atual e perspectivas. Paraná: IAPAR, 2001. 7p. (não publicado)

- Dias, Rogério. A certificação de produtos Orgânicos no Brasil. In: II Seminário SEBRAE-RJ sobre Agriclusters, maio 2001, Petrópolis-RJ. Rio de Janeiro: SEBRAE-RJ, 2001. 15p.
- Fonseca, Maria Fernanda. As barreiras técnicas ao comércio agrícola internacional e os standards orgânicos e ecológicos. Rio de Janeiro, UFRuralRJ/CPDA, fevereiro 2001. 40p.
- Fonseca, Maria Fernanda. Ações de políticas públicas e privadas no estímulo aos alimentos orgânicos, ecológicos, biodinâmicos, naturais. In: I Seminário Estadual de Agroecologia e Políticas Públicas, Rio de Janeiro, dezembro 2000. Rio de Janeiro: Rede Agroecologia Rio, 2000. 20p.
- Mallet, Patricia. Options for accreditation: national and international accreditation systems. In: Rundgren, G. & Lockeretz, W. IFOAM Conference on organic guarantee systems. International harmonisation and equivalence in organic agriculture. 17-19 february 2002, Nuremberg, Germany. Reader.... Nuremberg: IFOAM, 2002. p. 34-37
- Rundgren, Gunnar. comp. Building trust in organics. A guide to setting up organic certification programmes. Germany: IFOAM/IOAS/SIDA, 1998. 150p.
- Sen, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Companhia das Letras, 2000.
- Simmons, Robert. Bridging Obstacles to international trade. In: Rundgren, G. & Lockeretz, W. IFOAM Conference on organic guarantee systems. International harmonisation and equivalence in organic agriculture. 17-19 february 2002, Nuremberg, Germany. Reader.... Nuremberg: IFOAM, 2002. p. 45-46
- Twaro, Sophia & Vossenar, Rene. Obstacles facing developing country exports of organic products. In: Rundgren, G. & Lockeretz, W. IFOAM Conference on organic guarantee systems. International harmonisation and equivalence in organic agriculture. 17-19 february 2002, Nuremberg, Germany. Reader.... Nuremberg: IFOAM, 2002. p. 47-50
- Wilson, John S. World Bank research in progress in standards. Chapter 3. The multilateral and regional trade policy response to technical barriers. www.worldbank.org August 2, 1999. 57p.
- Wilson, John Sullivan. International trade: standards, technical regulations and global reform. In: First Meeting of the Mediterranean Development Forum, Knowledge and skills for development in the information age. Economic Development Institute/World Bank/Government Morocco may 12-17, 1997. www.worldbank.org jan 2001. 19p.

Palavras Chaves: normas e regulamentações técnicas de produtos orgânicos, processos de certificação, programas de acreditação de certificadoras

Keywords: standards and technical regulations for organic products, certification processes, accreditation programs

Resumo artigo

A produção e o mercado de produtos orgânicos vêm crescendo no mundo e no Brasil. Com o afastamento entre agricultores e consumidores pelo crescimento dos mercados nas cidades, fez-se necessário às regulamentações. A internalização no Brasil da importância dos produtos orgânicos por uma questão de segurança alimentar (food safety e food security), e por questões econômicas, não ocorre no âmbito das instituições governamentais, traduzindo-se em esforços isolados de indivíduos que ocupam diversas funções, valendo-se por vezes de recursos próprios. Um ponto positivo de todo este processo no Brasil é a efetiva participação do setor privado e de outros segmentos da sociedade civil na discussão da elaboração e implantação das normas e dos processos de certificação e acreditação de certificadoras de produtos orgânicos. Existem avanços (as responsabilidades sociais, por exemplo) e problemas (equivalência) a serem resolvidos, como a padronização das informações e a capacitação de agricultores, técnicos, funcionários das indústrias e da distribuição, bem como consumidores, sobre as especificidades de um produto orgânico. Pensando nisso, instituições públicas e privadas envolvidas com o movimento orgânico há muito tempo, um projeto que pretende apoiar agricultores familiares, pequenas agroindústrias e as certificadoras no desenvolvimento das normas e dos processos de certificação e dos programas de acreditação dos produtos orgânicos no Brasil, para que estes possam escolher com liberdade que desenvolvimento desejam.

Abstract

The production and marketing of certified organic products is increasing in the world and in Brasil. With the separation between producers and consumers because of the increased marketing in the cities, the regulations became necessary. The internalization in Brasil of the organic products by security and safety issues, either economic issues, doesn't occurs in the space of institutional government translating in isolated efforts of individuals that occupy several functions, using mostly personal resources. A positive point in all those processes in Brasil is the effective participation of the organic private sector in the discussions about the construction/negotiation and implementation of the standards, technical regulations and certification/accreditation processes on organic products. There are improvement (social aspects) and problems (equivalence) to be

resolved, like the standartization of information and qualifying professionals through all organic network. Think about that, some public and private institutions involved with the organic moviment for a long time, had a project selected to research on the social constructions on standards and weak points where the smallholders in partnership have to act to have the liberty to choose their devopment.

BOX Nº 01

HISTÓRICO DAS NORMAS PARA ORGÂNICOS NO BRASIL

- Portaria MA n.178, agosto 1994 – Comissão Especial para propor normas e certificação de produtos orgânicos
- Portaria MA n.190, setembro 1994 – Comitê Nacional de Produtos Orgânicos para propor estratégias para a certificação de produtos orgânicos
- Portaria MA n.192, abril 1995 – Nomeia membros para comporem o Comitê Nacional Produtos Orgânicos
- Portaria MA n.505, outubro 1998 – trata produção, processamento, acondicionamento e transporte de produtos orgânicos (Consulta pública por 90 dias)
- Instrução Normativa MA n. 007, maio 1999 - trata da produção, processamento, acondicionamento e transporte de produtos orgânicos
- Portaria SDA n. 42, novembro 2000 – designa os membros para comporem o colegiado nacional
- Portaria SDA n.19, abril 2001 – diretrizes para regimentos internos Órgãos Colegiado Federal/Estadual
- Portaria SDA n. 17, junho 2001 – estabelece os critérios para credenciamento das entidades certificadoras de produtos orgânicos (consulta pública por 30 dias)

LEGISLAÇÃO

- Projeto de Lei n. 1957/96 – Deputado Valdir Colatto
- Projeto de Lei n. 659-A/99 – Deputado Murilo Domingos (substitutivo PL n. 1957/96), está em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça, já tendo passado pela Comissão de Agricultura e Política Rural, levada pelo deputado Carlos Batata em novembro de 2000.

BOX Nº 02

Esferas Decisórias Normas e Certificação Orgânicos no Brasil

COLEGIADO NACIONAL PARA PRODUÇÃO ORGÂNICA-CNPOrg

SETOR PÚBLICO

- Ministério Agricultura
- Ministério Meio Ambiente
- Ministério Desenvolvimento Agrário
- Agência Nacional Vigilância Sanitária
- EMBRAPA/Agrobiologia e Hortaliças

SETOR PRIVADO (ONGS)

OBS: escolha dos representantes feita em Fórum em 1999, em São Paulo; necessidade de nova escolha, pois a região Norte está sem representantes e a região Sudeste está sem titular.

COLEGIADOS ESTADUAIS PARA PRODUÇÃO ORGÂNICA – CEPOrg

SUL	SUDESTE	CENTRO OESTE	NORTE	NORDESTE
RS	SP	MS	AC	BA
SC	RJ	MT		RN
		GO		
		DF		

Fonte (Dias, 2001)